

Boletim

Nº 2.046 - Ano 45 - 11 de fevereiro de 2019

Guerra de narrativas sobre o prédio do Dops é analisada em dissertação

Página 8

O estudante Davi Hovadick é um dos atletas paralímpicos que já treinam no CTE

INCLUSÃO E ALTO RENDIMENTO

O Centro de Treinamento Esportivo (CTE) da UFMG foi credenciado para atuar como Centro de Referência Paralímpico. A instituição vai abrigar atividades de formação de recursos humanos, desenvolvimento de pesquisas e preparação de atletas nas modalidades de atletismo, natação e halterofilismo.

Página 3

Corrupção, ética e **SERVIÇO PÚBLICO**

Marcos Fabrício Lopes da Silva*

A finalidade da existência humana é alcançar a paz social. Se não for, de que adianta a luta pelo aprimoramento das relações sociais? Esse aperfeiçoamento, logicamente, brota da consciência do próprio homem que busca a sua evolução até hoje. Sozinho, o homem não sobreviveria, e a possibilidade da convivência, da vida em sociedade, tornou necessária a criação de normas, de leis, enfim, de parâmetros de comportamento capazes de fazer a humanidade evoluir e seguir em sua caminhada.

Na Antiguidade, surgiu o conceito do que seria a moral e a ética. A moral vem a ser a ciência dos costumes, e esses diferem de lugar para lugar. A moral é mutável e varia conforme o modo de desenvolvimento de cada sistema social. O que era moral no passado pode não ser hoje. O que é moral aqui pode não ser alhures, e vice-versa. A ética, palavra de origem grega, representa o conjunto de costumes e valores perenes no tempo e uniformes no espaço. Nunca se pronunciou tanto a palavra ética! Daí a ética médica, a bioética e a ética no serviço público.

A ética no serviço público é tema que reputo como dos mais relevantes na Administração Pública, pois só o exercício ético dos cargos e funções públicos contribuirá para que se alcance uma sociedade melhor. Entre nós, a insatisfação com o comportamento dos agentes públicos é generalizada. Nunca a conduta do servidor público foi tão criticada pela sociedade brasileira. Sobre o crime ambiental que resultou no rompimento da barragem em Brumadinho (MG), sob a responsabilidade da Vale, terceira maior empresa do país, a jornalista Ana Dubeux, em artigo no *Correio Braziliense*, de 27/1/2019, destaca a falta de ética na relação com o público como um dos motivos causadores do desastre indecoroso: “Para alguém aprender, é preciso ensinar. O Brasil não aprende porque poucos estão dispostos a educar. Educação exige limite, disciplina, lei, autoridade, seriedade, desprendimento de si próprio para focar no bem comum. Enquanto um cargo público, sobretudo o eletivo, for visto como uma mina de dinheiro e um balcão de negócios, não haverá aprendizado”.

De alguma maneira, as mazelas do Brasil atual estão sintetizadas no desastre de Brumadinho: a impunidade, a falta de cuidado com o outro, a ganância predadora, a incapacidade de aprender com os erros, a ignorância, a deseducação, a destruição das redes institucionais de proteção aos cidadãos, a cegueira ambiental, o culto alienado dos números em detrimento do interesse público.

A tragédia da lama brasileira nos convida a uma dura reflexão e revisão de valores. O mestre Tom Zé, na canção *Manon* (2014), destaca e critica as raízes históricas da corrupção e seus impactos negativos no comportamento da sociedade, seja aqui, seja no restante do mundo: “(Discurso do Papa, 16 de maio de 2013, Sala Clementina, Palácio Apostólico do Vaticano)/Senhores embaixadores,/A humanidade

vive agora/Um retrocesso da História./Dig di didi dinhê/Dig di didi dinhê/Dig di didi dinhê/Dig di Didi dinheiro vem tiranizar/Dinheiro quer comandar/Dinheiro quer como está/O antigo bezerro de ouro – de ouro/É novamente adorado – dourado/O homem só bem de consumo – consumo,/Usado, fica descartado,/Surrado, surrupiado,/Surrado, surrupiado./Dinheiro quer ditadurar”.

Não se pode perder de vista que o objetivo maior do serviço público é o bem comum. Mais do que a legalidade, a justiça e a correção, o grande elemento norteador da Administração Pública, em todos os níveis, é a honestidade. Ela constitui, pois, a grande virtude do agente público em todos os níveis e do agente político. Para organizar os princípios éticos, o Poder Executivo Federal editou o Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público. Esse dispositivo vale para trabalhadores federais, e os estados e municípios escreveram seus próprios códigos baseados nessa lei maior. Assim, ela pode ser utilizada para compreender a atuação dos servidores dos variados níveis.

No primeiro artigo da lei, são expressos os valores que devem reger o funcionalismo público no país: dignidade, decoro, zelo, eficácia, consciência dos princípios morais e preservação da honra e tradição dos serviços públicos. Logo depois, no segundo artigo, fica claro que: “O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput e § 4º, da Constituição Federal”.

Reza a citada passagem da Constituição Cidadã de 1988: “Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). § 4º – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

A moralidade administrativa está vinculada à supremacia do interesse público sobre o privado. A corrupção é sua negação, já que se baseia na indistinção do público e do privado. Somente o interesse público legitima o comportamento da Administração Pública. E apenas a conduta administrativa legítima tem sede no Direito do Estado Democrático.

* Professor das Faculdades JK e Metropolitana, no Distrito Federal. Doutor e mestre em Estudos Literários pela UFMG

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

Referência **PARALÍMPICA**

Parceria e recursos transformam o CTE em polo de desenvolvimento do esporte de alto rendimento para atletas com deficiência

Itamar Rigueira Jr.

O Centro de Treinamento Esportivo (CTE) da UFMG passa a atuar como Centro de Referência Paralímpico. Na instituição, serão realizadas atividades de preparação de atletas, formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisa, segundo prevê protocolo de intenções assinado no fim de 2018 pela UFMG e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Parte das atividades será viabilizada, nos primeiros dois anos, por recursos da ordem de R\$ 1,76 milhão, liberados pelo Ministério do Esporte.

As atividades do CTE serão dedicadas ao atletismo, à natação e ao halterofilismo. O objetivo é apoiar atletas com deficiência na participação em competições dentro e fora do Brasil. No prazo mais curto, o foco do projeto são os Jogos Parapan-americanos de Lima, em setembro deste ano, e as Paralimpiadas de Tóquio, em setembro de 2020.

A previsão é de que a parceria com o CPB beneficie, numa primeira fase, 50 atletas, incluindo oito que já iniciaram os treinamentos neste ano, no CTE, como Izabela Campos, deficiente visual, medalhista de bronze no lançamento de disco nas Olimpíadas do Rio, em 2016. Os outros serão selecionados em breve.

Capacitação

A coordenadora do recém-criado Setor de Esporte Paralímpico do CTE, professora Andressa da Silva de Mello, informa que a primeira ação vinculada ao acordo ocorrerá neste mês: um curso de capacitação de professores, com 28 horas-aula (teoria e prática). As inscrições para as 100 vagas (35 para atletismo, 35 para natação e 30 para halterofilismo) esgotaram-se em duas horas.

“O projeto vai agregar conhecimentos de áreas diversas, como o treinamento esportivo, a biomecânica, a fisioterapia e a fisiologia, e vai estimular novas pesquisas. Além disso, é mais uma forma de a Universidade promover inclusão”, afirma Andressa, que integra o Departamento de Esportes da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e coordena o Centro de Estudos em Psicobiologia e Exercício. Com 13 anos de experiência em competições paralímpicas nacionais e internacionais, incluindo três edições dos Jogos Paralímpicos e dos Parapan-americanos, a professora lembra que as instalações do CTE são acessíveis para atletas com deficiência e abrigaram a delegação paralímpica britânica em preparação para os Jogos do Rio 2016.

Os recursos oriundos do Ministério do Esporte serão administrados pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fepe), vinculada à Escola de Veterinária da UFMG.

Excelência

O Comitê Paralímpico Brasileiro pretende implantar ao menos 20 centros de referência pelo país até 2024, por meio de parcerias com universidades, governos estaduais e prefeituras. A ideia é aproveitar estruturas que integram o legado da Rio-2016, muitas delas ainda ociosas. Atualmente, há apenas um centro de treinamento e formação de profissionais em pleno funcionamento, em São Paulo. “Para o CPB, é um privilégio a parceria com a UFMG, que oferece as ótimas instalações do CTE e pesquisadores e profissionais de excelência”, afirma o diretor técnico do Comitê, Alberto Martins.



Andressa Mello e Davi Hovadick: identificação de estudantes para o esporte de alto rendimento

Além da capacitação de treinadores e da preparação de atletas, o CTE vai contribuir para a formação de alunos de cursos como educação física, terapia ocupacional, fisioterapia, nutrição, medicina e psicologia e realizar cursos como o de classificação funcional, que serve para habilitar os atletas nas diversas categorias do esporte paralímpico, de forma a assegurar uma disputa justa entre pessoas com limitações semelhantes. O Centro também tem planos de aprovar, ainda em 2019, projeto de extensão destinado a identificar e preparar estudantes da UFMG para o esporte paralímpico de alto rendimento. Segundo Andressa de Mello, a UFMG tem hoje cerca de 300 alunos com deficiência.

Um dos atletas que já se prepara no CTE, Davi Hovadick, 25 anos, é aluno do sexto período de Educação Física e pratica atletismo de pista. Ele é classificado como T47, categoria que reúne amputados de membros superiores que se dedicam à corrida. David, que nasceu sem parte do antebraço esquerdo, mas com mobilidade no cotovelo, comemora a oportunidade para que mais atletas se beneficiem das instalações do CTE e do conhecimento produzido na UFMG. “Aqui temos condições disponíveis em poucos centros no país. A inclusão do CTE vai fortalecer o esporte paralímpico e abrir novas possibilidades para muitos atletas em potencial”, diz.

O Brasil participou pela primeira vez dos Jogos Paralímpicos de Verão em 1972, em Heidelberg, na Alemanha, com delegação formada por 20 atletas de quatro modalidades. Nos Jogos Paralímpicos de Inverno, o país estreou em 2014, nos Jogos de Sochi, na Rússia, com dois atletas. Em 12 participações nos Jogos de Verão, o Brasil ganhou 302 medalhas – 87 de ouro, 112 de prata e 103 de bronze.

O contato com o CTE deve ser feito pelo telefone (31) 3409-3337 e pelo e-mail esporteparalimpicoufm@gmail.com.

CAMINHO das PEDRAS

Pesquisadora propõe metodologia para identificação de imagens de acervos históricos

Ana Rita Araújo

Magno Moraes Mello



Escultura *Os passos da Paixão de Cristo*, de Aleijadinho, que compõe o acervo do Santuário Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG)

Estudos sobre as formas de descrever uma imagem de modo a facilitar sua busca têm sido objeto de crescente número de publicações científicas, mas ainda não há padrões que atendam completamente a todas as demandas da área. Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, da Escola de Ciência da Informação (ECI), propõe uma metodologia capaz de identificar os atributos intrínsecos e extrínsecos que devem ser considerados na organização de fotografias de esculturas de arte sacra em repositórios físicos ou virtuais.

Por meio de levantamento bibliográfico realizado de 2007 a junho de 2018, foi possível observar que as metodologias existentes têm características próprias em cada instituição, como museus ou centros de memória. “Procuramos elaborar um modelo mais abrangente, que possa ser adequado a outros contextos e utilizado no todo ou em parte”, explica Adriana Aparecida Lemos Torres, autora de dissertação recém-defendida sobre o tema.

A pesquisadora também procurou verificar se a ferramenta proposta tem lugar ao lado de tecnologias como a busca automática imagem-imagem ou de conteúdo – pesquisa reversa de imagens –, serviço que procura, na rede mundial de computadores, imagens semelhantes ou correspondentes aproximados, assim como uma descrição em texto. “Uma simples alteração – saturação na cor – em uma das imagens sacras usadas no estudo mostrou que esse tipo de busca recupera elementos visuais, mas não retrata o significado nem os valores históricos e culturais”, relata Adriana, que foi orientada pela professora Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan.

Ler a imagem

Adriana Lemos ressalta que a recuperação eficiente da informação depende da correta representação do objeto, ou seja, de uma descrição que apreenda os atributos das obras que compõem o acervo. “Contudo, não encontramos na literatura uma metodologia única que englobasse todos os aspectos considerados relevantes na representação de fotografias de esculturas de arte sacra”, observa, lembrando que ao procurar uma imagem de São Geraldo, por exemplo, um leigo possivelmente busca pelo nome do santo, enquanto um especialista em patrimônio tende a procurar pelo nome do escultor ou do fotógrafo.

A proposta da pesquisadora, que tem como base a chamada representação por conceito, se materializa em uma ficha catalográfica que inclui elementos descritivos da fotografia e da escultura retratada, como autoria, local e data de produção, localização física, dimensões, técnica, estilo e cor. A ficha também possui campos para aspectos interpretativos. “Nesse nível de representação, é possível falar de emoção, abstração e simbolismo”, ressalta.

Segundo ela, as metodologias de representação recuperadas na literatura científica focalizam tanto a representação temática quanto a descritiva, que, em geral, se complementam. A temática atém-se aos assuntos que representam o objeto retratado na fotografia, agrupando-as por temas semelhantes. E a descritiva reúne as características bibliográficas (autoria, técnica, estilo), agrupando, por exemplo, as fotografias de um determinado autor ou de uma coleção específica. “Os resultados obtidos indicam que os elementos da representação temática devem ser complementados com elementos da representação descritiva, já que estes podem ser considerados pontos de acesso relevantes para auxiliar uma eficiente recuperação da informação”, defende a autora.

Para validar a metodologia, Adriana Lemos trabalhou com amostra de quatro imagens de arte sacra oriundas de acervos fotográficos de um artista e de um especialista em história da arte. Em sua opinião, sua pesquisa contribui para o compartilhamento das informações sobre a arte sacra como forma de devolver à sociedade o patrimônio e os legados histórico e cultural que a ela pertencem. No caso específico da Ciência da Informação, ela acredita que a proposta de metodologia unificada pode atender a distintas demandas de representação de informação em acervos de imagens, físicos e virtuais.

A pesquisadora está iniciando doutorado no mesmo Programa, para desdobramentos do tema. “Vou trabalhar com representação de fotografia científica, no contexto de pesquisa, com o intuito de estudar a gestão do fluxo, desde o momento em que é gerada, para recuperação e reúso, e observar como é armazenada e que tipo de intervenções recebe”, prevê Adriana Lemos.

Dissertação: *Metodologia para a representação de registro fotográfico de esculturas de arte sacra*

Autora: Adriana Aparecida Lemos Torres

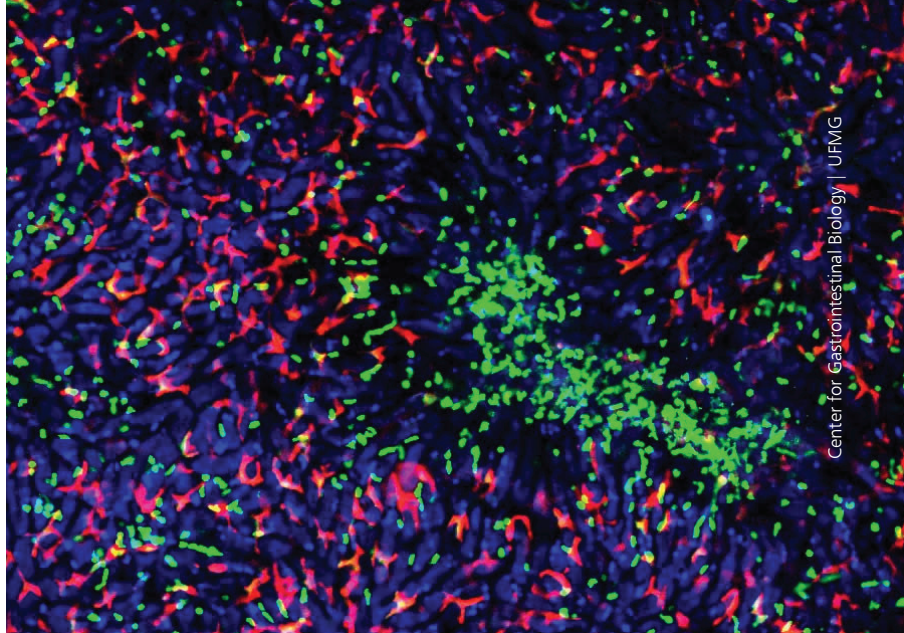
Orientadora: Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan

Defesa: janeiro de 2019

O PARADOXO da INFLAMAÇÃO

Artigo de pesquisadores da UFMG demonstra que uso indevido de anti-inflamatórios pode retardar reparação de tecidos

Ana Rita Araújo



Center for Gastrointestinal Biology | UFMG

Células do sistema imunológico coradas em animais vivos. Em verde, os neutrófilos acumulam-se na região da lesão; em vermelho, macrófagos; em azul, a autofluorescência do parênquima hepático (estrutura física geral)

Experimentos com camundongos demonstram que o uso de anti-inflamatórios deve ser controlado, considerando não apenas a quantidade e o tipo de droga, mas, sobretudo, o estágio em que se encontra a doença. “O mesmo medicamento que pode evitar dores, mal-estar e perda de função de órgão, se usado continuamente ou no auge do processo inflamatório, pode atrasar a reparação tecidual”, alerta o professor Gustavo Menezes, do Departamento de Morfologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB).

Em artigo publicado na revista *Cells*, em dezembro, o pesquisador alerta para a necessidade de entender a resposta inflamatória do organismo, que tem papel paradoxal – com momentos de destruição e outros de reparação de tecidos. O trabalho revela que há atraso na recuperação do órgão afetado quando a intervenção medicamentosa é feita em momento indevido.

Segundo Menezes, anti-inflamatórios são, na maioria das vezes, medicamentos sintomáticos: “Se os sintomas cessaram, não faz qualquer sentido manter o uso. Muitos pacientes continuam a tomar o medicamento prescrito mesmo sem dor ou inchaço, só porque já estão tomando ou por precaução, mas isso pode acarretar malefícios”, explica o pesquisador, lembrando que o estudo, realizado com modelos de lesão hepática, pode ser válido para outros órgãos, pois as células do sistema imunológico são muito parecidas nos diversos tecidos e órgãos do corpo.

Dupla face

Tida muitas vezes como mal a ser combatido a qualquer custo, a resposta inflamatória pode ter uma parte lesiva e desconfortável inicialmente, mas é necessária ao organismo para que ocorra o reparo tecidual. “É como uma cidade atingida por um míssil: para reconstruir, é preciso demolir as cons-

truções danificadas e limpar o terreno. Os neutrófilos, células de defesa que chegam rapidamente ao tecido inflamado, precisam acabar de digerir os tecidos mortos, para que o órgão possa se reconstituir. Assim, bloquear sua ação completamente e por longos períodos impede que o tecido se repare corretamente”, compara Menezes.

Quando um médico receita um anti-inflamatório, o uso deve ser feito somente enquanto o paciente sentir dor. “Se houver dor por muito tempo, é necessário voltar ao médico, já que o processo não foi resolvido. Além disso, fazer uso por vários dias, sem dor, não traz benefícios e tem potencial malefício. É isso que o nosso trabalho mostra experimentalmente”, diz o professor.

Nos testes com animais, foi utilizado modelo de lesão hepática por paracetamol, em uma disfunção momentânea na qual ocorreria autorremissão. “Menos sintomas surgem quando a resposta é bloqueada antes. Mas, se não bloquearmos por longos períodos, a disfunção se resolve muito mais rápido, em pelo menos duas vezes menos tempo”, descreve. Menezes explica que é necessário saber em que casos o anti-inflamatório deve ou não ser usado. E enfatiza que, exceto em doenças nas quais a causa principal do problema é o próprio processo inflamatório – como artrite e fibrose pulmonar –, os anti-inflamatórios são medicamentos que inerentemente tratam sintomas.

Além de investigar como o processo de resposta inflamatória pode ser multifacetado, o artigo mostra que a intervenção farmacológica não pode ser feita a qualquer momento. “Deve-se achar o ponto exato. Às vezes, em pacientes que já estão inflamados, bloquear sintomas pode não ser tão benéfico”, diz. Assim, em termos biológicos, o trabalho esclarece que a resposta inflamatória não tem apenas a face ruim e mostra que as intervenções que bloqueiam a inflamação são momento-dependentes.

Há casos, contudo, em que ocorre resposta exacerbada do organismo. “Temos vários trabalhos publicados nessa linha e uma patente de dois medicamentos que podem reduzir a resposta inflamatória, mas isso não significa que a inflamação em si seja ruim, o que não faria sentido do ponto de vista evolutivo”, alerta. “É provavelmente por saber inflamar que os seres humanos ainda estão na Terra. É uma resposta à agressão que foi mantida por quase todos os seres vivos, desde plantas, até mamíferos superiores”, enfatiza.

Gustavo Menezes comenta que a inflamação está presente em processos normais do organismo, como a ovulação e a filtração da urina. Por isso, o uso abusivo de anti-inflamatórios afeta a fertilidade, a formação da urina, o sistema nervoso central e o calibre dos vasos do coração. “Medicamentos são substâncias capazes de mudar comportamentos no organismo. A decisão de usá-los deve ser sempre resultado de uma equação entre o quanto de malefício e de benefício vão trazer”, pondera.

A pesquisa que gerou o artigo foi realizada pela equipe do Center for Gastrointestinal Biology, coordenado por Gustavo Menezes, e contou com a colaboração do professor Mauro Martins Teixeira, também da UFMG, e de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), da Universidade de Calgary (Canadá) e do Harvard Medical School (EUA).

Artigo: *Paradoxical Role of Matrix Metalloproteinases in Liver Injury and Regeneration after Sterile Acute Hepatic Failure*

Publicação: Revista *Cells*

Disponível em <https://bit.ly/2SzoUK8>

[Matéria publicada no Portal UFMG, em 17/1/2019]

OLHARES ALINHADOS

Método matemático desenvolvido no DCC propõe novos parâmetros para a sincronização de câmeras de vigilância

Método criou ponto de referência para a sincronização das câmeras

João Paulo Alves

Quando se contempla o pôr do sol, tem-se a impressão de que o astro está em movimento até o fim da linha do horizonte. Essa sensação ocorre porque o referencial do observador é a Terra, e como ele está na superfície do planeta, não consegue notar o seu deslocamento. Essa também é uma questão crucial para sistemas com múltiplas câmeras de vigilância, que necessitam de um ponto de referência para sua sincronização.

Pesquisa desenvolvida no Departamento de Ciência da Computação da UFMG formulou modelo matemático que estabelece sincronização de múltiplas câmeras associada com o acelerômetro do celular. O trabalho é um dos resultados da pesquisa do doutorando Antonio Carlos de Nazaré Junior, integrante do Smart Sense Laboratory. O método foi apresentado na 15ª Conferência Internacional sobre Vídeo Avançado e Vigilância Baseada em Sinal (AVSS), realizada em novembro de 2018.

Um problema que as câmeras de vigilância apresentam é a ineficiência de sincronização. Essa operação é fácil de ser feita sempre que dois ou mais equipamentos monitoram a mesma área. A dificuldade surge quando as câmeras estão afastadas e não cobrem a mesma área. Algumas das causas desse fenômeno estão relacionadas à capacidade de gravação e imprecisão dos relógios das câmeras.

O método desenvolvido pelo pesquisador consiste em alinhar os sinais gerados pelo acelerômetro com suporte da visualização da câmera. O acelerômetro é um dispositivo presente na maioria dos smartphones e produz diagramas conforme a movimentação do celular. Logo, quando a pessoa está parada, o gráfico apresenta constante, e quando se desloca, ele denuncia a ação.

A partir do instante em que o indivíduo é visualizado pela câmera, os dados produzidos pelo dispositivo são confrontados com a imagem, como explica Antonio Nazaré Junior. “O ponto-chave é achar algo em comum com as câmeras. Por meio do movimento do celular, é possível saber se a pessoa andou, correu ou ficou parada. Analisamos as ações feitas pelo observador em frente à câmera e localizamos correspondência desses gestos no gráfico produzido pelo acelerômetro. Assim criamos uma referência para a sincronização”.



Precisão

O pesquisador revela que esse método é capaz de alinhar as câmeras com precisão de até 33 milissegundos. “Essa eficácia é fundamental para o desenvolvimento de sistemas de reconhecimento de atividades. Quanto mais a pessoa passar em frente a diferentes câmeras, melhor será o resultado, pois teremos mais pontos de comparação”, afirma Antonio Nazaré Junior.

Apesar de o método requerer que a pessoa esteja de posse de um aparelho celular, Nazaré Junior ressalta que o estudo é uma contribuição importante, uma vez que não exige que câmeras estejam próximas ou com campos de monitoramento em comum, como ocorre com os métodos atuais de sincronização. O próximo passo do estudo, salienta o pesquisador, é aprimorar o método para que ele dê conta de sincronizar câmeras que registram em diferentes frequências.

O trabalho contou com a colaboração de Filipe de Oliveira Costa, pesquisador em visão computacional no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), e com a orientação do professor William Robson Schwartz, coordenador do Smart Sense Laboratory.

Assistência **ESTUDANTIL**

Benefícios como moradia, alimentação subsidiada e saúde já podem ser solicitados pelos calouros

Candidatos selecionados na chamada regular da primeira edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com entrada no primeiro semestre letivo de 2019, podem preencher questionário socioeconômico no Portal da Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump) para solicitar sua inclusão nos programas de assistência estudantil da UFMG.

Uma vez preenchido o questionário, o candidato receberá e-mail com a lista específica de documentos, de acordo com as informações registradas. Toda a documentação solicitada deverá ser anexada, em formato PDF, no próprio portal da Fundação, na “área do aluno”.

A análise socioeconômica será iniciada tão logo a Fump receba os documentos solicitados. Assim, quanto antes for preenchido o questionário e encaminhada a documentação, mais rapidamente o processo será concluído.

A intenção da Fump é realizar as análises até o primeiro dia de aula, para que os estudantes obtenham sua classificação socioeconômica e tenham acesso imediato aos programas de alimentação (preço subsidiado nos restaurantes universitários) e saúde (médico, dentista e psicólogo).

A obtenção de uma vaga no Programa de Moradia Universitária e de auxílios financeiros não se dá de forma imediata. Para se tornar um residente, é necessário que o estudante se

inscreva no Programa de Moradia e aguarde o processo seletivo, que deverá ocorrer no fim de março ou no início de abril, dependendo do número de vagas disponíveis.

Em relação aos auxílios financeiros, o estudante também deve participar do procedimento de manifestação de interesse, que, no primeiro semestre, será realizado em duas oportunidades, uma em março e a outra em abril.

O formulário eletrônico está disponível em <https://bit.ly/1mwTZd3>.

REVISTA UFMG

Foi prorrogado até 15 de março o prazo de submissão de artigos para a nova edição da Revista da UFMG, que abordará o tema *Energia*. Os textos devem atender às normas de publicação e ser enviados ao endereço eletrônico revistadaufmg@ufmg.br. Publicada semestralmente, a Revista UFMG aborda um mesmo tema sob a ótica das diferentes áreas do conhecimento e divulga resultados de pesquisas e produções artísticas. Todas as edições podem ser acessadas no site www.ufmg.br/revistaufmg/.

ESTUDOS JUDAICOS

A vida privada da comunidade judaica será abordada na edição de maio da revista Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, que recebe, até 30 de março, trabalhos sobre o tema. A intenção é reunir reflexões sobre textos presentes em diários, autobiografias e biografias, cartas, bilhetes, álbuns, mapas ou cadernos de culinária, textos reais, históricos e literários. Interessados podem contribuir com transcrições comentadas, resenhas, contos, poemas, traduções, crônicas, fotografias e charges. De acordo com os organizadores, ao elucidar detalhes sobre a vida privada da comunidade judaica, o dossiê abordará estudos relacionados com arqueologia, concepção de coleção e de arquivo, relatos de mulheres, além de abordagens críticas sobre legibilidade, montagem, desmontagem e remontagem. As normas editoriais estão disponíveis na internet <https://bit.ly/2Se02rV>.

ESPAÑHOL PARA FINES ACADÊMICOS

Estão abertas, até 8 de março, as inscrições para o curso de extensão Espanhol para Fins Acadêmicos, ofertado como atividade de extensão gratuita pela Faculdade de Letras, em parceria com o Setor de Proficiência Linguística da Diretoria de Relações Internacionais (DRI).

Para concorrer às vagas, estudantes de graduação e de pós-graduação, servidores técnico-administrativos e docentes da UFMG devem se inscrever no teste de nivelamento e classificação, por meio de formulário disponível na internet (<https://bit.ly/2BmDrz8>). As aulas ocorrerão às terças e quintas, das 14h às 15h40, a partir de 19 de março. Mais informações podem ser obtidas no edital: <https://bit.ly/2t4S0Tm>.

VIDA ACADÊMICA



A cada semestre, quando milhares de jovens ingressam UFMG, o lema da instituição – *Incipit vita nova*, ou em português, *Inicia-se uma vida nova* – reveste-se de atualidade. Com o intuito de favorecer a integração desses novos estudantes, a Universidade acaba de lançar, em seu portal, a seção Vida Acadêmica, que reúne informações básicas sobre os serviços e oportunidades oferecidos pela instituição. O guia (<https://ufmg.br/vida-academica>) é formado por 11 índices: Ações afirmativas, Apoio à permanência, Biblioteca, Carteira da UFMG, Direitos humanos, trote e nome social, Pró-reitorias, Rede de oportunidades, Saúde, Serviços da UFMG, Serviços de atenção ao aluno e Informações para segmentos.

CHAMADAS DO IEAT

O Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) está com chamadas abertas para a indicação de catedráticos e professores residentes e para apoio a grupos de pesquisa que desenvolvam trabalhos de impacto social numa perspectiva transdisciplinar.

O Programa de Cátedras recebe, até 29 de março, indicações de pesquisadores reconhecidos internacionalmente e de comprovada senioridade. A atuação do catedrático terá início no segundo semestre deste ano e se estenderá até o primeiro semestre de 2020. São ofertadas duas modalidades de cátedra: visitante e residente.

Até 11 de março, podem se candidatar a uma das seis vagas ofertadas pelo Programa Professor Residente docentes da UFMG eméritos ou aposentados que desenvolvem atividades como voluntários na Universidade.

As inscrições para o Programa Grupos de Pesquisa do IEAT encerram-se em 5 de abril. O objetivo é oferecer apoio a equipes já existentes ou que venham a se formar em torno da proposição de pesquisas transdisciplinares sobre questões de impacto social. Os grupos selecionados terão apoio por dois anos, com possibilidade de renovação por mais 12 meses. Mais informações podem ser obtidas nos respectivos editais, disponíveis na página do Instituto (www.ufmg.br/ieat).

SELO OAB

A UFMG recebeu, no último dia 30, em Brasília, o Selo de Qualidade OAB Reconhecimento, atribuído a instituições cujos estudantes de direito têm desempenho destacado na prova da Ordem dos Advogados do Brasil e no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Ao todo, 162 instituições foram reconhecidas.

“A premiação comprova a qualidade do ensino de direito na UFMG, o que representa um contraponto em relação ao grande número de escolas existentes no país”, avalia a professora Mônica Sette Lopes, vice-diretora da Faculdade de Direito. O Brasil possui hoje cerca de 1.500 instituições de ensino no campo do direito. A premiação é trienal, e a UFMG foi contemplada em todas as suas seis edições.

De acordo com o secretário-geral da OAB, Felipe Sarmento, o Selo OAB Recomenda não tem o objetivo de criar um ranking entre as instituições de ensino superior do país, mas de evidenciar as faculdades com elevado padrão com base nos resultados obtidos por avaliações fidedignas como o Exame de Ordem Unificado e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

MEMÓRIAS em DISPUTA

Historiadora descreve processo que envolve guerra de narrativas e criação de políticas públicas relacionadas ao prédio do Dops-MG

Itamar Rigueira Jr.

No dia em que o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops-MG) foi extinto, em 1989, representantes de movimentos sociais reuniram-se na porta do prédio da Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, para promover o fechamento simbólico da instituição. Diretamente vinculado a denúncias de violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar, iniciada em 1964 e que duraria 21 anos, o Dops tornava-se, então, o foco de uma disputa por memória que opõe ex-presos políticos e familiares de dissidentes mortos e desaparecidos e agentes que negam práticas como o encarceramento e a tortura.

Esse processo foi estudado pela historiadora Débora Raiza Rocha, que concluiu mestrado em dezembro do ano passado, na Fafich. Segundo ela, após 1985, já na vigência da democracia, o prédio seguiu abrigando violações aos direitos humanos. “Sempre houve uma guerra de narrativas, e as estratégias de negação variavam da limitação do acesso à informação à ocultação de provas, passando por mudança de pautas de debate e pela utilização de eufemismos na referência aos episódios denunciados”, explica a pesquisadora.

Segundo Débora, a disputa prossegue até os dias de hoje. Já nos anos 1990, houve uma série de ações de memorialização. Primeiro, os documentos do órgão foram transferidos para o Arquivo Público Mineiro; mais tarde, esse acervo – composto de 98 rolos de microfiches e cerca de 250 mil imagens – foi aberto à consulta de qualquer cidadão. O arquivo foi organizado pelo Departamento

de História da UFMG, sob coordenação do professor Rodrigo Patto de Sá Motta.

No ano 2000, foi promulgada a lei que criava o Memorial dos Direitos Humanos, destinado a ocupar o prédio do antigo Dops. Em 2013, foi instalado, em frente ao edifício, um monumento em homenagem aos mineiros mortos. No mesmo ano, o prédio foi tombado como patrimônio cultural pelo município de Belo Horizonte, e, dois anos depois, o estado tomou iniciativa semelhante. As ações de tombamento, ressalta a pesquisadora, resultaram de demanda do Ministério Público, da Comissão da Verdade em Minas Gerais e de segmentos da sociedade civil.

“O Dops mineiro é caso emblemático no campo da patrimonialização. Tradicionalmente, os tombamentos atingem bens como igrejas e cidades dos períodos colonial e imperial, mas, nesse caso, o conceito é ampliado, valorizando uma memória que não engrandece a história oficial da nação”, comenta Débora Raiza Rocha.

Edifício de contrastes

O edifício do antigo Dops, inaugurado em 1958, tem concepção modernista do arquiteto Hélio Ferreira Pinto. “A linguagem estética, de contestação ao tradicionalismo e ao conservadorismo, contrasta com o uso da edificação para a repressão política”, diz Débora. Segundo ela, o prédio, que constitui o que se denomina *lugar*, pleno de sentidos simbólicos e políticos, produziu *lugares de memória* – o acervo, o monumento e o

Prédio do antigo Dops, na Avenida Afonso Pena, abrigará o Memorial dos Direitos Humanos

memorial. Juntos, eles formam um *território de memória*.

Além dos documentos do Arquivo Público, a pesquisadora mergulhou, entre outras fontes, em jornais, publicações da Assembleia Legislativa e nos dossiês de tombamento. Recorreu ainda a teóricos como o historiador francês Pierre Nora, que inaugurou o conceito de lugares de memória, a historiadora argentina Elizabeth Jelin (memorialização) e a antropóloga Ludmila Catela, que reflete sobre o papel das memórias na constituição do território e no acionamento das disputas.

Como escreve a autora, “a perspectiva de legitimar o presente pelo passado e para o futuro se estabeleceu como tônica nas ações relacionadas ao Dops-MG. Essas ações significaram, para os grupos demandantes, vencer a ‘guerra de narrativas’ e a batalha pela memória, alcançando, de alguma maneira, a legitimidade da palavra e o domínio da verdade dos fatos”.

O prédio está liberado para a implantação do Memorial dos Direitos Humanos e chegou a ser visitado, mesmo antes das obras de restauração e de adequação ao projeto museológico.

Dissertação: *Disputas em torno do Dops/MG: Guerra de narrativas, memorialização e patrimonialização (1989-2018)*

Autora: Débora Raiza Carolina Rocha Silva

Orientadora: Miriam Hermeto

Defesa: dezembro de 2018, no Programa de Pós-graduação em História